



Eleição no Sinergia

Dando início ao processo eleitoral que irá ocorrer no próximo ano (mar/abr), o Sinergia está convocando assembleia geral no dia 17/12, às 18h, na sede do sindicato para eleger a Comissão Eleitoral que vai coordenar o processo, composta por cinco pessoas da categoria. A Comissão tem a função de coordenar o processo eleitoral da nova diretoria (gestão 93/94).

Aposentadoria Especial

O Ministro Antônio Brito, da Previdência Social, recebeu a direção do Sinergia dia 07/12, em Florianópolis. O sindicato lhe entregou um documento sobre a aposentadoria especial pra os eletricitários que trabalham 25 anos em atividade de risco. O INSS-SC vem negando este tipo de aposentadoria para quem ainda não completou 50 anos de idade. Brito prometeu uma resposta para breve, na próxima segunda-feira o Sinergia vai visitar o INSS-SC para discutir o assunto.

Recesso jurídico

Como nos anos anteriores o Departamento Jurídico do Sinergia não vai prestar atendimento entre os dias 21/12 e 08/01, devido ao recesso da Justiça do Trabalho.

SERÁ QUE O PACHECO JÁ FEZ A MINHA FICHA?



LINHA VIVA

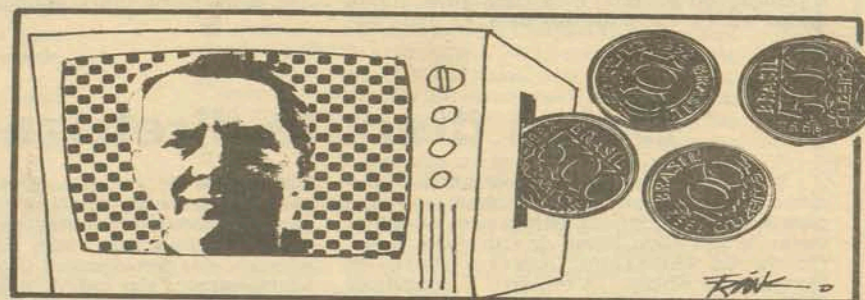
Nº 207
10/12/92

O governador responde. A Celesc paga a conta...

Que o governador Vilson Kleinubing gosta de aparecer não é novidade. O que nem todos sabem é quem paga a conta de suas propagandas. Boa parte do novo projeto de marketing do governo está sendo pago pela Celesc e pela Casan. Cada vez que as manifestações do governador no programa de TV ou nas colunas de jornal intituladas "Você Pergunta, o Governador Responde" dão conta de algum assunto que diz respeito às duas estatais, elas é que arcam com os custos.

No dia 28 de outubro, por exemplo, a Celesc bancou uma fatura do jornal Diário Catarinense no valor de 100 milhões de cruzeiros, sendo que 20 destes vão para a agência Artplan Sul, de Paulo Bornhausen.

Há bastante tempo os enormes gastos de Kleinubing com a promoção da imagem do seu governo vêm sendo denunciados. Nos primeiros quinze meses do seu governo os gastos chegaram, em valores da época, a dois milhões por dia. Imagine o que pode acontecer num ano eleitoral. A Celesc vai continuar pagando por isso?



SSP ainda faz investigações políticas

No dia 9 de dezembro a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou sessão especial em homenagem aos desaparecidos políticos de Santa Catarina. Neste dia se comemora no mundo inteiro o Dia Internacional dos Direitos Humanos. A sessão, proposta pela liderança do PT, ganhou destaque especial com a descoberta de diversas fichas de militantes políticos nos arquivos da Diretoria Central de Informações e Informática (DCII). O fato foi descoberto pela

Comissão Parlamentar Externa que investigou as atividades de repressão política no Estado mesmo após o fim do regime militar, pois existem fichas com anotações inclusive deste ano.

A lista dos catarinenses desaparecidos na repressão tem oito nomes: Paulo Stuart Wright (deputado estadual de Joaçaba), Rui Otto Pfutzenreuter (de Orleans), João Batista Rita (de Criciúma), Arno Preiss (de Forquilha), Lucindo Costa (de Mafra), Luiz Eurico Tejera Lisboa

(de Porto União), Frederico Eduardo Mayr (de Timbó) e Major Vânio Matos (de Florianópolis).

O secretário de Segurança Pública do Estado, Sidney Pacheco, deu uma resposta hilária - ou ridícula? - aos repórteres que perguntaram sobre as investigações que ainda são feitas. Ele disse não ter conhecimento, mas não nega que isso ocorra: "pode haver algum espírito de araponga perdido, agindo por conta própria".

Novos cipejos

Foi empossada no dia 8 de dezembro a nova direção da Cipa/Cefa. Fazem parte da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes:

Carlos Alberto Martins (presidente); Telmo Aristeu Rodolfo, Valdecir P. de Souza e Jane Maria P. Moreira (membros efetivos); Luciano Brasil, Gilberto Mário Duarte, Saulo José da Silva, Gilson Leandro dos Santos (suplentes); Zildomar Teófilo Deucher (vice-presidente); Alaô Robson C. de Paiva, Luiz Fernando Bonatelli, Neusa Bilck de Souza (membros efetivos); Laércio Ventura, Aladir Lucas Heiderscheidt, Otávio A. Schmidt e Ricardo Nazareno V. Wolff (suplentes).

Meninos de rua

O Sinergia participa de um dos painéis do Seminário Estadual do Movimento Nacional de Meninos de Rua de SC. Um representante do sindicato vai falar sobre O Papel dos Movimentos Populares na Organização Social. O evento acontecerá sábado, no auditório do ITESC (Dep. Antônio Edu Vieira, 476).

Colombo fará reintegrações

Intersindical quer uma posição sobre a política salarial, com reajuste para todos.

Na sua primeira reunião com a Intersindical dos Eletricistas, o novo presidente da Celesc, João Raimundo Colombo, garantiu que os demitidos (absorvidos das cooperativas, etc...) vão ser reintegrados. "A decisão política já foi tomada, agora é só encontrar a forma legal de fazer isso, nós temos o apoio do governador", garantiu.

Colombo prometeu uma decisão até o dia 15. "Agora estamos fazendo gestões políticas e jurídicas para fazer as contratações", explicou. No mesmo dia 15, a direção da Celesc vai apresentar respostas aos sindicatos sobre outros itens importantes que foram levantados na reunião: política salarial, auxílio alimentação e férias.

SALÁRIO - A Intersindical levou ao presidente a sua discordância sobre a forma como estão sendo feitos os cálculos com relação ao reajuste salarial. Pelos números da empresa, agora representada por Paulo Cesar da Silveira, neste mês apenas a parcela do salário de até três salários mínimos terão reajuste, uma vez que as despesas com pessoal passariam de 30% da receita líquida, limitando-se apenas a aplicar a lei. A proposta da Intersindical é de que os salários sejam integralmente reajustados pela metade da inflação do período (cerca de 25%).

Diante disso e do reajuste de tarifas, foi formada uma comissão com três representantes da empresa e três da Intersindical para discutir a forma de cálculo e analisar os números.

"Mas uma vez a Celesc está argumentando falta de caixa, mas o seu cálculo de receita não contempla, por exemplo, as aplicações financeiras e os acréscimos moratórios, além de ser injusto", denuncia Mário Cesar, diretor do Sindicato dos Administradores. "Agora os empregados têm que mostrar a todos os chefes e à diretoria o seu descontentamento. Vamos deixar de ganhar um bom dinheiro no 13º, em dezembro e janeiro", convoca o sindicalista.

Sobre o auxílio alimentação, a Intersindical quer que o benefício seja reajustado pela inflação, e não pela variação da massa salarial. Sobre férias, os sindicatos levaram a proposta de que 50% dos empregados possam gozá-las nos meses de janeiro, fevereiro e julho, aumentando a possibilidade de opção do empregado. Respostas, no entanto, só dia 15...



Intersindical esteve com Colombo e assessores

Intersul reúne em Londrina

Dia oito de dezembro, em Londrina, Os sindicatos que compõem a Intersul discutiram o andamento das negociações da campanha salarial deste ano.

Depois dos informes sobre a atuação do Comando Nacional dos Eletricistas - CNE e a posição do governo e da Eletrobrás, foram dados vários encaminhamentos. O mais im-

portante é a confecção de um jornal unificado do CNE, que será editado pelo Sinergia e terá tiragem nacional de cerca de 25 mil exemplares. Além disso, diante das dificuldades havidas, os sindicatos decidiram que a contribuição financeira a ser dada ao CNE será de 3%, como havia sido combinado.

Celos discute diretrizes

Na última reunião do Conselho de Curadores da Celos foi designada uma comissão para estudar e propor diretrizes para a implantação de um novo Plano de Custeio e Benefícios da fundação, desvinculado da Previdência Social. O objetivo é introduzir melhorias substanciais no atual plano de modo a possibilitar mudanças no sistema de complementação de aposentadorias e garantir aos trabalhadores uma complementação pré-definida que seja maior para aqueles que têm salários abaixo de três vezes o teto de benefícios da Previdência Social.

FUTURO - Os sindicatos de todo Brasil, e a CUT, estão preocupados com o destino das

Fundações de Previdência Complementar, principalmente aquelas ligadas às estatais. Essas fundações movimentam enormes somas de recursos financeiros, sem nenhum controle por parte dos participantes, já que as diretorias, normalmente, são indicadas pelas empresas, algumas das quais por critérios políticos.

Por isto a CUT e os sindicatos dos Petroleiros, Bancários, Eletricistas e Urbanitários de todo Brasil estiveram nos dias 5 e 6 de dezembro reunidos no Encontro Nacional sobre Previdência Complementar. João Paulo de Souza, representante dos empregados no Conselho de Curadores da Celos, esteve lá representando a Intersindical dos Eletricistas.

USP debate Setor Elétrico

Discussão sobre privatização mobilizou pós-graduandos da Universidade de São Paulo

A Universidade de São Paulo - USP promoveu no último dia quatro um debate sobre "a busca do equilíbrio entre Estado e participação privada no setor elétrico", com base em um documento elaborado pelo físico Luiz Pinguelli Rosa, professor da UFRJ. Para debater, estavam presentes Mauro Passos, representando o Comando Nacional dos Eletricistas e a CUT, e Fernando Quartin Barbosa, coordenador de energia da Secretaria de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo. Participando da discussão, cerca de 100 alunos de pós-graduação, inclusive técnicos de empresas como a Cesp, Shell, Congás e Petrobrás.

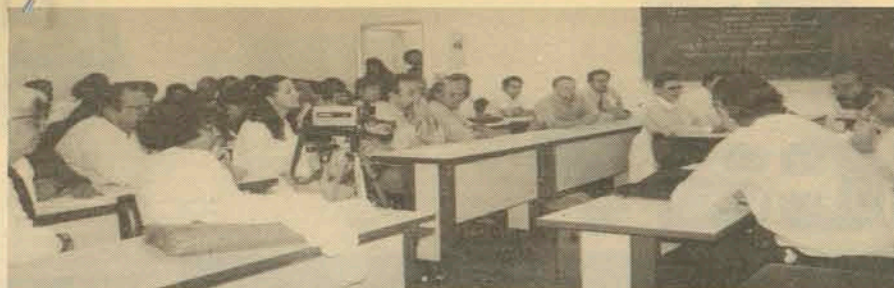
Pinguelli iniciou sua exposição com uma afirmação contundente: "O Estado brasileiro é pequeno". Argumentou com dados relevantes, como o fato de o país ter um dos menores índices de consumo do PIB (produto interno bruto) pelo Estado. Apenas 12,30% é consumido contra cerca de 19% no Canadá, EUA, França, Alemanha, deixando de lado os campeões que chegam a 25,99%, como a Dinamarca. A idéia de que há muita gente empregada no governo também foi desmascarada. Da massa de empregos do Brasil, apenas 4,5% está no governo. Nos EUA, os números passam de 15%, na Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França e Noruega os valores passam de 20%, chegando a 33% na Suécia.

O setor elétrico, para Pinguelli, é um setor eficiente que está sendo sucateado pela falta de investimento. "Agora é estranho ver o setor privado querendo comprar usinas prontas e com custos amortizados, sem jamais falar em injetar mais recursos", alerta. Mas ele não afasta a possibilidade da participação privada no setor, na sua expansão, através de cogeração e programas de conservação de energia (veja entrevista nesta página).

Mauro Passos também denunciou a intenção dos privatizadores de obter lucro fácil com base em estruturas montadas pelo poder público. Lembrou que a privatização do setor elétrico é um embuste, pois "na prática não passa de uma transferência de patrimônio. O que era público passa

a ser privado, sem nenhuma incrementação do sistema". Ressaltou a existência de um enorme "acervo" de obras inacabadas no setor elétrico e apontou a criação de um fundo comum das empresas para concluir obras paralisadas de acordo com uma prioridade tecnicamente estabelecida.

Quartin, por sua vez relatou a experiência que a Cesp está



Instituto de Eletrotécnica e Energia organizou o evento

tendo de vender pequenas usinas no Rio Pardo, no que foi criticado por vários técnicos, inclusive da Cesp, que estavam presentes.

Ele prega a gestão de parte do setor, inclusive usinas, por parte do setor privado.

Participação privada não é tabu

Luiz Pinguelli Rosa é um nome conhecido nos círculos em que se fala de ciência e tecnologia. Batalhador incansável pela tecnologia nacional, agora ele anda preocupado com o setor elétrico, alertando que estamos próximos de um colapso energético. Nesta entrevista exclusiva ao Linha Viva ele fala de suas preocupações.

A privatização do Setor Elétrico é um problema de política econômica, é um problema ideológico ou é técnico?

Pinguelli - Tem as três componentes. Em alguns casos é um problema técnico, onde a privatização pode dar lugar a uma maior participação da iniciativa privada na expansão do Setor. Mas é também um problema econômico e ideológico. Econômico na medida em que o Estado tem dificuldades em bancar os investimentos enormes que o Setor Elétrico exige. Ideológico por causa de uma compulsão que a imprensa passa que aponta a privatização como uma necessidade em si.

Há muitos anos você trabalha com a questão do desenvolvimento da tecnologia no Brasil. Na sua avaliação o Setor Elétrico é eficiente?

Pinguelli - Não diria que ele é excepcionalmente eficiente. A economia brasileira não é eficiente e praticamente nenhum setor econômico atingiu o padrão tecnológico do Japão, da Europa e mesmo dos Estados Unidos que têm problema de eficiência. Mas o setor elétrico também não é tão ineficiente como dizem. Se nós pegarmos alguns itens como número de empregados por megawatt/hora, vamos concluir que há muito empregado, mas se pegarmos a despesa com pessoal por megawatt/hora vamos ver que não é tanto assim. Se pegarmos a emissão de óxido de carbono por megawatt/hora também veremos que o Brasil é eficiente. E finalmente veremos que o custo da energia no Brasil está abaixo do padrão internacional.

E as tarifas...

Pinguelli - A tarifa industrial é baixa, há o subsídio ao alumínio que deve ser cortado. Mas eu não acredito que toda tarifa deva aumentar, a residencial de baixa renda, por exem-

plo, não deve subir. Mas a tarifa tem que acompanhar a inflação senão o setor vai à falência. Por outro lado, não se pode corrigir automaticamente, senão não propicia redução de custos. A verdade é que a energia brasileira não é só barata no seu custo de produção, há mesmo defasagem tarifária.

Se o Brasil não estivesse em franca recessão, o Setor Elétrico teria condições de atender a demanda da indústria?

Pinguelli - Não. Se houver a retomada do crescimento em, no máximo, cinco ou seis anos haveria um grande estrangulamento. Isso porque as obras estão paradas e a conclusão destas e de outras que devem ser iniciadas pode levar até 10 anos. O Brasil terá que tomar medidas de conservação de energia, cogerar com pequenos produtores, vender a rede, além de retomar investimentos que direta ou indiretamente dependem muito do Estado.

Você falou em cogeração. Como é isso?

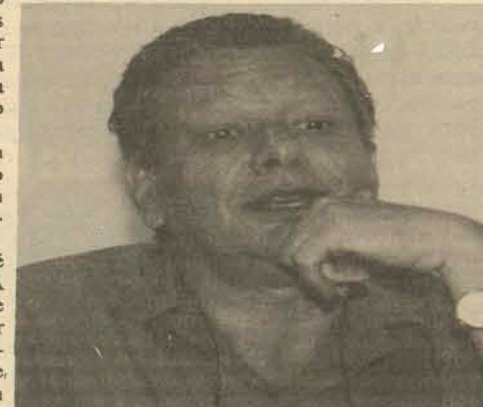
Pinguelli - O bagaço de cana, por exemplo, que é gerado nas usinas de álcool pode gerar energia elétrica e as companhias venderem-na para o Setor Elétrico. Neste caso já se dispõe de parte do investimento que é a destilaria, que deve ser ampliada para gerar eletricidade. Isso é mais barato do que fazer uma hidrelétrica.

Mas cogeração não pode se confundir com privatização...

Pinguelli - Eu sou a favor não da privatização, mas da participação privada, por exemplo na forma de cogeração. Não há nenhum tabu que impeça a iniciativa privada de participar da geração elétrica, ela não pode controlar o sistema. Não é possível deixar uma cidade sem luz sob um locaute de empresas que discordam do Presidente da República e resolvam derubá-lo, como aconteceu no Chile. Agora, isso não pode impedir a participação privada.

Como seria neste processo a participação dos técnicos?

Pinguelli - Primeiro, sendo acima de tudo honestos. Dois: não sendo covardes. Três: se dedicando a profissão com denodo, procurando se atualizar. Por último, como cidadãos que são - além de técnicos - votando, escolhendo os melhores candidatos, apoiando seu sindicato. Os sindicatos têm um papel importante, mas devem superar a discussão exclusiva dos salários e das condições de trabalho - que são fundamentais - para discutir o Setor e a sua articulação com os destinos do país.



Cogeração é alternativa, diz Pinguelli

TRIBUNA LIVRE

Caminhando para os 60 ciclos

Arno Velga Cugnier
Diretor do Sinergia

Com a piadinha de que o IDORT-RJ está recitando os gerentes da Celesc "passando" de 50 para 60 ciclos, podemos pensar que o processo de modernização, com descentralização, aponta uma alteração na frequência ou ganho na capacitância.

Na Celesc houveram diversas possibilidades de alteração organizacional, sendo duas mais recentes: os programas de gestão participativa e de modernização institucional. Ambos, com seus prós e contras, buscariam melhorar a organização da empresa, tornando-a mais capaz e eficaz para o atendimento aos consumidores. Verdade!

Até aí tudo bem. Contudo no programa de gestão participativa tentou-se absorver tudo nas relações de trabalho num processo agudo de cooptação e no nível mais alto da hierarquia: o poder total centralizado, além de outras coisas... Já no atual programa colírio de modernização institucional, parte-se para formas práticas de implantação com "descentralização" sendo a palavra mágica para resolver todos os problemas existentes.

Fortalecer os escritórios, agências e departamentos regionais, para melhor atender ao consumidor é uma necessidade incontestável, todavia a forma com que estão tentando fazer, nos leva a crer que mexerão profundamente nos destinos dos funcionários. Como exemplo, cada um de nós pode imaginar onde irão se instalar os companheiros que fazem parte do Grupo 1, os representantes da Presidência. Alberto Verdine, Paulo Garrido e Mauro Goulart se deslocariam para Porto União, São Miguel D'Oeste e Sombrio? Walter Pinto (DPRE-Fpolis) e Luiz Carlos Lopes (DPRE-Sul) iriam para Joaçaba e Concórdia? Os representantes de cada diretoria Carlos Sampaio (DA), Antenor Zimmermann (DEO), Carlos Henrique Fonseca (DEF), Valentin Borgonovo (DO), e José Fernando Fonseca (DPCP) seriam deslocados para cidades como Caçador, Lages, Itajaí, Joinville e Criciúma? O pessoal do Grupo 2 também se espalharia pelo estado? Fernando Verdine escapou de uma transferência indo para a Secretaria da Fazenda.

Certamente isso não aconteceria, pois todos estão com suas vidas estruturadas na capital. E os demais empregados, que não têm o "poder de fogo" do primeiro escalão? E quanto isso custaria? Certamente a conta correrá por conta do consumidor que, mais uma vez pode acabar pagando por uma tentativa de ser melhor atendido...

EM TEMPO: Alberto Verdine, por enquanto, ficará na holding, em Florianópolis, como Diretor de Distribuição.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Maril Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

A CUT se trumbica?



A Central Única dos Trabalhadores busca uma política de comunicação depois de constatar que está negligenciando na tarefa de se comunicar com a sociedade.

A definição de uma política de comunicação para a Central Única dos Trabalhadores ficará prejudicada enquanto a entidade não definir propostas globais para o conjunto dos problemas que atingem a sociedade brasileira. A conclusão é



Herz: atacar os monopólios

é unânime entre os 104 diretores de entidades sindicais e profissionais de comunicação que participaram, dias 30 de novembro, 1º e 2 de dezembro, do 2º Seminário Nacional de Comunicação da CUT, realizado em São Paulo. O seminário concluiu, também, que a Central precisa implementar de imediato as resoluções do 4º Congresso da entidade, visando suprir as deficiências de comunicação entre suas instâncias.

O Seminário foi convocado para discutir um projeto de política de comunicação e de veículos para implementá-lo. As deliberações serão levadas como indicativos à reunião da Executiva nacional da CUT, no próximo dia 11. O evento teve dois painéis de debates. O primeiro, "A CUT e a grande imprensa", contou com a presença do Jornalista



Painel de abertura debateu relação com a grande imprensa

Raimundo Pereira, ex-editor dos jornais alternativos **Opinião** e **Movimento**, além de representantes da direção nacional da Central, entre eles o próprio presidente, Jair Meneguelli. O segundo Painel discutiu "A CUT e o Movimento Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação", com a participação do jornalista Daniel Herz, autor do livro *A História Secreta da Rede Globo*, da presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, Beth Costa, do secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro, e da deputada federal Irma Passoni (PT/SP), presidente da Comissão de Comunicação Social do Congresso Nacional.

O seminário acabou discutindo, de fato, as questões políticas que envolvem a definição de um projeto de comunicação entre a CUT e suas instâncias, e a necessidade de a central atuar como articuladora para a criação de um veículo nacional de informação, alternativa aos monopólios que dominam a comunicação no país.

Os profissionais e dirigentes sindicais da área de comunicação indicaram à Executiva nacional a implementação das decisões do 4º Congresso da entidade a respeito da criação de veículos que respondam às necessidades de comunicação interna da entidade. O 4º Concut determinou a criação de uma revista voltada para o debate de temas pertinentes ao movimento sindical; de um veículo "ágil, competente e profissional dirigido a militantes, quadros intermediários, dirigentes, CUTs estaduais e regionais", aos moldes do

"Informacut", que já existe; de veículos próprios em cada CUT regional, conforme a necessidade; e sugeriu a criação de secretarias de comunicação em todas as instâncias da Central.

O 4º Concut determinou ainda a criação de uma agência de notícias da central, "com o objetivo de fazer sua coleta de informações e garantir a circulação das mesmas, interligando as diferentes instâncias dentro da CUT". O Seminário reafirmou a necessidade da agência como primeiro passo para a constituição de um "indispensável veículo nacional de informação da CUT para a sociedade".

O Seminário reforçou, especialmente, a necessidade de a Executiva da CUT engajar-se de fato no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, em todas as suas instâncias. Essa luta pela democracia na informação tem, segundo os participantes do

Seminário, dois lados: a disputa política, dentro do Fórum, e a constituição de veículos alternativos próprios - tarefa que a Central ainda parece longe de cumprir.



Meneguelli: a CUT está atrasada